

18 de Janeiro de 2025 – versão original em inglês

## **Global Forum for Food and Agriculture**

### ***Comunicado Final 2025***

#### **Cultivando uma bioeconomia sustentável**

1. Nós, ministros da agricultura de 62 nações, reunimo-nos em 18 de janeiro de 2025 para a 17ª Conferência dos Ministros da Agricultura de Berlim, por ocasião do Global Forum for Food and Agriculture (GFFA), e tivemos discussões aprofundadas e bem-sucedidas.

2. O crescimento da população mundial gera a necessidade de alimentos saudáveis e nutritivos, bem como de prosperidade econômica. Infelizmente, a redução dos recursos naturais, a degradação da terra e a seca, o aumento da perda de biodiversidade e os impactos das mudanças climáticas e da poluição representam desafios significativos, especialmente para os países em desenvolvimento. Reconhecemos, portanto, que sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis e resilientes são cruciais para a segurança alimentar e a nutrição global. Assim, precisamos urgentemente intensificar nossos esforços e conclamamos a comunidade global a unir forças para cumprir a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, relativo à Fome Zero.

3. Estamos profundamente preocupados com as guerras e conflitos no mundo e seus efeitos sobre a segurança alimentar e a nutrição global, especialmente em vista do sofrimento humano causado. Ressaltamos a necessidade de acesso confiável, contínuo, suficiente e irrestrito a alimentos para os civis em áreas de conflito, tais como Sudão, República Democrática do Congo, Haiti, Território Palestino Ocupado, em especial a Faixa de Gaza, Iêmen e Líbano. Agradecemos, em particular, pelo apoio nesse âmbito desempenhado pelas organizações internacionais e de cooperação regional envolvidas. Com relação à guerra na Ucrânia, reiteramos as posições e resoluções nacionais adotadas no Conselho de Segurança da ONU e na Assembleia Geral da ONU (A/RES/ES-11/1 e A/RES/ES-11/6). Destacamos os impactos negativos adicionais da guerra na Ucrânia sobre a segurança alimentar global. Requeremos o fornecimento irrestrito de grãos, produtos alimentícios e fertilizantes/insumos através do Mar Negro e saudamos o Programa Grãos da Ucrânia. Isso se faz necessário para atender a demanda em países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, especialmente na África. Nesse contexto, enfatizando a importância de preservar a segurança alimentar e energética, requeremos a cessação da destruição militar e de outros ataques à infraestrutura relevante.

4. Uma bioeconomia sustentável é fundamental para transformar a economia mundial, juntamente com uma economia circular sustentável, resiliente e inclusiva, contribuindo para alcançar padrões de consumo e produção sustentáveis, que incluam o uso de recursos renováveis e respeitem os limites do planeta. Reconhecemos que essa mudança de paradigma

deve estar alinhada aos esforços globais visando a plena realização de todos os ODS, incluindo o ODS 2, e reafirmamos que todos devem ter acesso a alimentos seguros, nutritivos, economicamente acessíveis e suficientes, bem como a dietas saudáveis, consistentes com o nosso compromisso de promover a implementação progressiva do direito a alimentos adequados no contexto da segurança alimentar nacional. Ressaltamos o papel vital da produção doméstica, do comércio internacional, regional e local e do bom funcionamento dos mercados na promoção de uma bioeconomia sustentável.

5. Nós, ministros da agricultura de todo o mundo, destacamos que a agricultura, incluindo a plantação, a pecuária, a silvicultura, a aquicultura e a pesca, desempenha um papel vital nessa mudança, uma vez que a produção primária sustentável de recursos biológicos e os produtos e serviços resultantes são a base de uma bioeconomia sustentável. Saudamos e apoiamos o trabalho realizado em fóruns políticos em todo o mundo visando a implementação de uma bioeconomia sustentável e orientada para o futuro, como ocorreu durante a presidência brasileira do G20 e em outras plataformas. Desejamos apoiar e fortalecer a Iniciativa em Bioeconomia do G20 sob a atual presidência da África do Sul. Estamos cientes de que só seremos bem-sucedidos em alcançar essa mudança de paradigma se trabalharmos juntos, com espírito de paz e cooperação. Assim, comprometemo-nos com as seguintes ações e princípios:

### **Chamado para ação**

#### **Produzindo biomassa de forma sustentável - resolvendo conflitos de interesse.**

6. Comprometemo-nos a promover a **produção sustentável de biomassa**, ao acelerar a implementação da Agenda 2030, em conformidade com o Pacto para o Futuro.<sup>1</sup>

7. Destacamos que uma bioeconomia sustentável pode ser de importância decisiva para **promover a sustentabilidade** quando os recursos biológicos renováveis são obtidos, produzidos, gerenciados e processados de forma sustentável. A bioeconomia pode contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, assim como para alcançar os ODS. Uma bioeconomia sustentável contribui para a preservação, restauração e resiliência dos ecossistemas, além de fortalecer os serviços ecossistêmicos e as soluções naturais. Destacamos o potencial da bioeconomia sustentável como uma fonte adicional de geração de valor e renda, especialmente em áreas rurais e para produtores primários, agricultores familiares, pequenos agricultores, jovens agricultores, mulheres agricultoras, comunidades pesqueiras, pessoas em situação de vulnerabilidade, povos indígenas e comunidades locais. Isso também inclui o uso sustentável de pastagens, recursos marinhos e ecossistemas aquáticos, bem como de produtos florestais não madeireiros extraídos, tais como frutos, nozes, resinas, fibras e plantas medicinais e aromáticas.

8. Reconhecemos que a maior demanda por biomassa para aplicações alimentares e não alimentares pode levar a **conflitos de interesse**, criando competição entre diferentes usuários

---

<sup>1</sup> Em 22 de setembro de 2024, a **79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA)** adotou o **Pacto para o Futuro**, uma declaração com o intuito de acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

finais em relação ao uso de recursos naturais, como terra e água. É necessário prevenir e mediar esses conflitos, fazendo assim com que a alocação de terra para a produção de biomassa para fins não alimentícios, como geração de energia e uso em materiais, não impacte negativamente a produção de alimentos, as ações de proteção climática e a preservação ambiental. Acreditamos ser possível conciliar esses interesses, desde que sejam gerenciados da forma adequada. Ao abordar essas questões, nossa prioridade é a implementação progressiva do direito a uma alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional e do desenvolvimento sustentável dentro dos limites planetários.

9. Reforçamos que uma bioeconomia sustentável oferece soluções para a mitigação das **mudanças climáticas**, proporcionando uma base de recursos ambientalmente neutra e opções de sumidouros de carbono. Soluções baseadas em biomassa são fundamentais para a obtenção da neutralidade de carbono até 2050 e podem contribuir para alcançar as metas estabelecidas no Acordo de Paris e os objetivos do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Salientamos o fato de que, paralelamente, uma bioeconomia sustentável traz consigo soluções para a adaptação às mudanças climáticas, ao gerar sistemas de produção sustentáveis e resilientes, incluindo a gestão sustentável de terras, que ajudam na restauração de ecossistemas e contribuem para a retenção de nutrientes e água nos solos. Ampliaremos nossos esforços com vista em interromper e reverter a degradação de terras, para alcançar a neutralidade de degradação de terras, desmatamento e degradação florestal até 2030, com base nos resultados da avaliação global na COP28 e na Declaração do Segmento de Alto Nível da 19ª sessão do Fórum das Nações Unidas Sobre Florestas, e aumentaremos nossos esforços e colaborações no período que antecede a COP30 no Brasil e depois. Comprometemo-nos a estabelecer um interesse mundial em relação a agricultura sustentável, sistemas alimentares resilientes e mudanças climáticas no período rumo à COP30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), através da implementação da *Declaração dos Emirados da COP28 sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática* pelos países signatários. Recomendamos que seja dada a devida importância ao acesso a financiamentos voltados para ações de proteção ao clima e à biodiversidade e capacitação para o setor agrícola em países e regiões vulneráveis, incluindo os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e os países africanos, a fim de intensificar a adaptação e a mitigação de acordo com as circunstâncias regionais e garantir sistemas alimentares sustentáveis e segurança alimentar face aos desafios climáticos crescentes.

10. Somos a favor da restauração, conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, garantindo ao mesmo tempo a conservação e o uso sustentável da **biodiversidade**, em conformidade com o Quadro global de Biodiversidade Kunming-Montreal (GBF), também por meio do aumento substancial da aplicação de práticas favoráveis à biodiversidade. Fazemos votos de uma conclusão bem-sucedida da 16ª reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada na Colômbia, e aguardamos ansiosamente pela 17ª reunião da Conferência das Partes, a ser realizada na Armênia. De forma alinhada com o GBF, vamos evitar, reduzir e reverter os processos de degradação da terra, diminuir a pressão sobre o uso da água, restaurar e regenerar os ecossistemas e recuperar a saúde dos solos. Defenderemos sistemas de uso da terra que promovam a regeneração dos recursos. Nesse

âmbito, destacamos, entre outros, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) e o ODS 15. Promoveremos práticas sustentáveis, como gestão da seca e intensificação da resiliência à seca, bem como promoção do uso de recursos hídricos não-convencionais, para proteger os recursos hídricos na agricultura, através da melhoria da eficiência e da circularidade do uso da água, bem como da governança e da gestão integradas e sustentáveis da água.

11. Para enfrentar esses desafios, promoveremos **sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis**, por meio de abordagens como agroecologia, agroflorestação, agricultura integrada, regenerativa e orgânica, agricultura de conservação, agricultura benéfica ao clima, agricultura de precisão, intensificação sustentável, sistemas agrícolas urbanos e outras abordagens inovadoras, reconhecendo a não existência de uma solução única para todos os contextos. Reconhecemos a necessidade de ações políticas para incentivar a ampliação dessas abordagens. Nesse âmbito, saudamos as Recomendações de Políticas sobre Abordagens Agroecológicas e Outras Abordagens Inovadoras para Agricultura e Sistemas Alimentares Sustentáveis que Melhoram a Segurança Alimentar e a Nutrição, do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU (CFS). Com base na ciência, utilizaremos abordagens específicas para cada contexto para a gestão sustentável de fertilizantes e pesticidas, incluindo bioinsumos. Destacamos a necessidade de melhorar a disponibilidade, a viabilidade econômica e a acessibilidade, também através de pesquisa e desenvolvimento, além de promover a produção e o uso eficientes, sustentáveis e responsáveis de fertilizantes orgânicos e inorgânicos, incluindo a estratégia de fertilização de equilíbrio adaptativo, por meio da produção local de fertilizantes. Promoveremos o uso responsável de pesticidas, evitando o uso excessivo e reduzindo os riscos gerais envolvidos na utilização de pesticidas e químicos altamente perigosos e ampliaremos a adoção do manejo integrado de pragas. Fomentaremos as inovações na área de melhoramento genético de plantas e animais, inclusive através dos respectivos mecanismos internacionais, reconheceremos o papel fundamental de pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades locais como guardiões da agrobiodiversidade e promoveremos a conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos e da agrobiodiversidade. Destacamos também o potencial das espécies negligenciadas e subutilizadas (NUS) para diversificar e aumentar a resiliência dos nossos sistemas alimentares.

12. Destacamos a importância fundamental de uma bioeconomia azul sustentável para todas as indústrias e setores relacionados aos oceanos, mares, zonas costeiras e lagos, bem como para garantir uma bioeconomia inovadora, resiliente, inclusiva e sustentável. Reconhecemos que a pesca e a aquicultura sustentáveis são essenciais para a nutrição e a segurança alimentar, bem como para um planeta saudável. Destacamos as algas como um dos recursos mais promissores, atualmente subutilizados, de uma bioeconomia azul sustentável. Comprometemo-nos em conservar, gerenciar e usar de forma sustentável os recursos aquáticos vivos. Comprometemo-nos a fortalecer os esforços para a eliminação da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), visando a prática sustentável da pesca. Destacamos a importância das Diretrizes Voluntárias da FAO para Garantir a Sustentabilidade da Pesca Artesanal e das Diretrizes da FAO para a Aquicultura Sustentável. Pedimos aos membros da OMC que submetam seus instrumentos de aceitação relativos ao Acordo da OMC

sobre subsídios à pesca de 2022, para que este entre em vigor. Apelamos por medidas disciplinares eficazes em relação a certas formas de subsídios à pesca que contribuem para a geração de capacidade e pesca excessivas, em conformidade com a meta 14.6 dos ODS. Visamos concluir as negociações relativamente a um acordo abrangente e bem equilibrado o mais rápido possível.

13. Continuaremos a defender a necessidade de uma governança global, de acordo com a abordagem **One Health**, conforme delineado pelo Quadripartite em seu Plano de Ação Conjunto One Health. Isso inclui medidas para evitar a contaminação de alimentos e rações, bem como para a promoção do uso prudente e responsável de agentes antimicrobianos, em conformidade com os textos sobre Resistência Antimicrobiana do Codex Alimentarius e as orientações relevantes da Organização Mundial da Saúde Animal, para mitigar a resistência antimicrobiana e apoiar opções terapêuticas na medicina humana e veterinária e na proteção de plantas.

#### **Utilizando a biomassa de forma sustentável – garantindo a segurança alimentar global**

14. Reconhecemos a importância de promover a **bioeconomia sustentável e a economia circular** em todas as cadeias de valor, aliviando a pressão sobre os recursos biológicos renováveis. Comprometemo-nos a promover o uso e a valorização da biomassa e dos subprodutos agrícolas, florestais e aquáticos. Nesse âmbito, reconhecemos os benefícios climáticos e de sustentabilidade dos recursos biológicos renováveis. Promoveremos padrões sustentáveis de consumo e produção. Destacamos o fato de que combinar a bioeconomia com a circularidade pode aumentar a rentabilidade dos negócios agrícolas, permitindo a obtenção de produtos novos e adicionais que complementem e diversifiquem a renda, por exemplo através da reutilização de materiais residuais e subprodutos de diversos setores. Além disso, empenharemo-nos em apoiar o uso de coprodutos agrícolas e resíduos inevitáveis nas cadeias de valor, para reduzir a poluição e aumentar a geração de valor local.

15. Reconhecemos a necessidade de gerenciar melhor e reduzir o consumo geral de recursos, para permanecer dentro dos limites planetários e promover outras alternativas sustentáveis. Nesse contexto, sublinhamos a importância de utilizar a biomassa em múltiplas etapas para maximizar a eficiência dos recursos, minimizar o desperdício e reduzir a demanda por novos materiais, ampliando a disponibilidade total de biomassa em um determinado sistema. Os benefícios climáticos do uso da biomassa são particularmente elevados, dentre outros, em aplicações nas quais o carbono é armazenado em produtos de longa durabilidade e que contam com poucas ou nenhuma opção de origem não-fóssil.

16. Nesse sentido, enfatizamos firmemente o papel vital de promover o acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes e a disponibilidade destes. Portanto, precisamos dar prioridade à segurança alimentar em nossas políticas nacionais.

17. Destacamos que diversificar as **fontes de proteína** pode contribuir para melhorar a segurança alimentar e a nutrição em nível global. Elas também podem contribuir para reduzir a demanda por recursos, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e restaurar

ecossistemas, avançando em direção à pecuária e à pesca sustentáveis. Além disso, estamos cientes de que diversas abordagens, como a produção de vitaminas e aminoácidos através de microrganismos, inovações no melhoramento genético e novos processos de fermentação de precisão, podem contribuir para tornar os alimentos mais nutritivos.

18. Reconhecemos que a bioeconomia sustentável e a economia circular podem reduzir **a perda e o desperdício de alimentos**. Estamos cientes de que um terço dos alimentos é perdido ou desperdiçado globalmente a cada ano<sup>2</sup> devido a vários de fatores, como a falta de instalações de armazenamento e processamento. Comprometemo-nos a, até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita global nos níveis de varejo e consumidor e reduzir as perdas alimentares ao longo das cadeias de produção e abastecimento, a fim de alcançar o ODS 12.3.

### **Fortalecendo a inovação — promovendo a comunicação**

19. Ressaltamos que **ciência, tecnologia e inovação**, capacitação, comunicação e cooperação intersetorial são elementos vitais para uma transição bem-sucedida rumo a uma bioeconomia global sustentável, reconhecendo, ao mesmo tempo, a importância do conhecimento tradicional e do patrimônio cultural. Conscientizar os consumidores sobre os benefícios e o valor dos produtos da bioeconomia é crucial para promover padrões de consumo sustentáveis.

20. Destacamos que o acesso ao **financiamento** é essencial para impulsionar a bioeconomia e oferecer oportunidades de crescimento, especialmente para pequenos produtores, jovens empreendedores, mulheres empreendedoras, povos indígenas e comunidades locais. Nesse contexto, reconhecemos os *Princípios do CSA para o Investimento Responsável em Agricultura e Sistemas Alimentares* como diretrizes fundamentais para as partes envolvidas. Observamos, com preocupação, que muitos dos avanços tecnológicos na bioeconomia enfrentam dificuldades para amadurecer, devido aos desafios de expansão. Por isso, defendemos o apoio à infraestrutura e aos serviços voltados para incubação e aceleração. Enfatizamos que o apoio a startups é crucial para a construção de uma bioeconomia resiliente e dinâmica. Reconhecemos que, para aumentar a resiliência financeira dos pequenos produtores, é necessário aprimorar o acesso a crédito acessível, oferecer suporte e disponibilizar produtos de seguro para mitigar riscos, conforme aplicável ao contextos específico de cada país

21. Enfatizamos a necessidade de utilizar **critérios e metodologias** transparentes, comparáveis, mensuráveis, inclusivos, específicos conforme o contexto específico e de base científica, para avaliar a sustentabilidade das atividades de bioeconomia em diferentes níveis, incluindo nas cadeias de valor. Nesse âmbito, fazemos referência ao trabalho realizado pela FAO no desenvolvimento de ferramentas e diretrizes que apoiam países e produtores na integração de critérios de sustentabilidade na bioeconomia. Devemo agir em busca de condições equitativas em relação a outras atividades econômicas. Também enfatizamos a

---

<sup>2</sup> UNEP, Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024. Pensar Comer Conservar: monitorando o progresso para reduzir o desperdício de alimentos global pela metade (unep.org)



necessidade de colaboração global para aprimorar a coleta e análise de dados de bioeconomia, permitindo o desenvolvimento consciente e sustentável da bioeconomia.

22. Enfatizamos o papel fundamental das **tecnologias emergentes** e de outras abordagens inovadoras, da digitalização e da inteligência artificial, para aprimorar a agricultura sustentável e de precisão, bem como a gestão de nutrientes, reduzindo a demanda por água, fertilizantes e pesticidas. Destacamos a necessidade de avanços no trabalho coordenado internacionalmente para definição, normas e padrões relativamente a bioinsumos, tais como inoculantes, biofertilizantes e biopesticidas. Estamos cientes de que, para desenvolver a economia global, faz-se necessário intensificar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, para se obter produtos de bioeconomia inovadores, e reconhecemos a necessidade de tornar essas tecnologias acessíveis aos produtores de todos os países, para promover sua adoção em larga escala.

23. Reconhecemos que as atividades de bioeconomia devem ser desenvolvidas por meio do uso seguro e responsável de ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos indígenas e tradicionais, com avaliação científica dos potenciais **benefícios, riscos e impactos** da bioeconomia. .

24. Enfatizamos o papel vital dos conhecimentos dos povos indígenas e do **conhecimento tradicional** das comunidades locais na promoção de resiliência e inovação sustentável. Nesse contexto, destacamos também a importância do *Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização*, assim como o *Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura* da FAO.

25. Esforçaremos-nos para promover o **intercâmbio** voluntário de tecnologia e conhecimentos, de acordo com os termos mutuamente acordados. Promoveremos o intercâmbio de conhecimentos entre atores, setores e disciplinas, evitando o pensamento compartimentado. Enfatizamos a necessidade de intensificar a transferência de conhecimentos da teoria para a prática e convocamos as instituições acadêmicas a intensificar a conexão com o setor empresarial. Esforçaremos-nos para permitir que todas as partes envolvidas, incluindo povos indígenas, comunidades locais, agricultores familiares, mulheres e jovens, participem da geração, transferência e intercâmbio de conhecimentos. Destacamos o papel desempenhado nesse âmbito pela assistência técnica e pela extensão rural.

### **Criando uma estrutura justa — aproveitando as mudanças**

26. Lutaremos para tornar mais eficaz e inclusiva a **governança** na área de bioeconomia, com ampla participação social. Trabalharemos para estabelecer e proteger estruturas políticas robustas e coerentes, a fim de possibilitar o desenvolvimento consistente e coeso e a implementação de estratégias nacionais, regionais e locais de bioeconomia. Fortaleceremos a cooperação e a inclusão em diferentes níveis, promovendo uma abordagem que honre a sociedade e o governo como um todo.

27. Para fortalecer a **cooperação internacional**, destacaremos junto aos tomadores de decisão em todo o mundo a importância de uma bioeconomia sustentável. Nesse sentido, enfatizamos o importante papel desempenhado pelas alianças e parcerias globais existentes na área de bioeconomia, bem como o papel das organizações internacionais. Saudamos a liderança do Brasil na criação da Iniciativa em Bioeconomia do G20 como um primeiro passo importante em direção a uma bioeconomia global sustentável. Reconhecemos também a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza como um instrumento para promover a cooperação internacional visando fortalecer a segurança alimentar e a redução da pobreza, em conjunto com o uso sustentável da bioeconomia.

28. Recordando o Comunicado da 7ª Conferência dos Ministros da Agricultura de Berlim no GFFA 2015, parabenizamos a FAO pelo trabalho realizado no desenvolvimento de ferramentas e diretrizes que auxiliam países e produtores na integração de critérios de sustentabilidade na bioeconomia. Saudamos o projeto da FAO financiado pela Alemanha numa **Parceria Global em Bioeconomia**, que definirá e apoiará a preparação dos termos de referência e da estrutura de governança dessa parceria. Reconhecendo a necessidade de tal iniciativa, apelamos para sua consideração ativa tão logo seja concluída.

29. Reconhecemos a importância do **comércio** para o bom funcionamento da bioeconomia. Comprometemo-nos a apoiar um sistema comercial multilateral baseado em regras, aberto, previsível, transparente, não discriminatório, sustentável, equitativo, justo e inclusivo, fundamentado na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ressaltamos a necessidade de cooperar de forma construtiva com outros membros da OMC no período que antecede a 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), para alcançar resultados positivos. Esforçaremos-nos para garantir acesso ao mercado para produtos e processos de bioeconomia sustentável e evitar restrições de exportação não justificadas. Destacamos a importância do apoio ativo ao Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), que aumenta a transparência nos mercados agrícolas mundiais.

30. Apoiamos **cadeias de valor** sustentáveis, inclusivas, transparentes e confiáveis para produtos de bioeconomia, nas quais comunidades locais e rurais se beneficiem das oportunidades que a bioeconomia sustentável oferece. Ressaltamos a necessidade de fortalecer a posição das partes envolvidas, em particular de pequenos produtores, mulheres produtoras, jovens produtores e povos indígenas. Reconhecemos que as atividades de bioeconomia devem ser inclusivas e equitativas, respeitar os direitos de todos os indivíduos e promover a igualdade de gênero. Nesse sentido, saudamos as *Diretrizes voluntárias do CSA sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutrição*.

31. Reforçamos que o **acesso seguro** à terra e aos recursos naturais, em particular para pequenos produtores, incluindo mulheres produtoras, jovens produtores e povos indígenas, é de extrema importância para a produção sustentável de biomassa e, assim, para uma transição bem-sucedida rumo a uma bioeconomia global sustentável. Portanto, destacamos a necessidade vital de melhorar o acesso à terra e garantir a propriedade fundiária, o controle de



gestão e os direitos de herança e consuetudinários. Nesse sentido, saudamos as *Diretrizes Voluntárias do CSA sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional* (VGGT)

32. Ao promover a bioeconomia sustentável, comprometemo-nos em alcançar a segurança alimentar em seus quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Apoiamos a intensificação da implementação progressiva do **direito à alimentação adequada** no contexto da segurança alimentar nacional. Enfatizamos o importante papel desempenhado nesse âmbito pelo CSA e destacamos as *Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional*, endossadas pelo CSA, como orientações fundamentais.

33. Defendemos a promoção do desenvolvimento da bioeconomia **rural e urbana** para apoiar cadeias de valor locais baseadas em biomassa que agreguem valor a resíduos e subprodutos e promovam processamento descentralizado de biomassa, empreendedorismo e inovação. Reconhecemos a necessidade de melhorias na infraestrutura sustentável, de forma a contribuir para a participação igualitária de pessoas que vivem em áreas rurais e remotas. Destacamos a importância de fortalecer a interconexão rural-urbana.

34. Num momento em que o mundo enfrenta um número sem precedentes de crises, comprometemo-nos a **permanecer juntos** e trabalhar de forma estreita, em espírito de paz e cooperação, em direção a um mundo sustentável e resiliente, livre de fome e desnutrição e dotado de uma bioeconomia próspera. Aguardamos ansiosamente para nos reunirmos novamente no GFFA 2026.